



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS III  
CENTRO DE HUMANIDADES  
CURSO DE PEDAGOGIA**

**MARIA EDLANE SANTANA DA SILVA**

**DISCUSSÃO DE GÊNERO NÃO É "MIMIMI"! A DEFESA DA ESCOLA COMO  
PROMOTORA DA IGUALDADE DE GÊNERO**

**GUARABIRA/PB  
2019**

**MARIA EDLANE SANTANA DA SILVA**

**DISCUSSÃO DE GÊNERO NÃO É "MIMIMI"! A DEFESA DA ESCOLA COMO  
PROMOTORA DA IGUALDADE DE GÊNERO**

Trabalho de Conclusão de Curso em  
Pedagogia da Universidade Estadual da  
Paraíba, como requisito parcial à obtenção do  
título de Licenciada em Pedagogia.

Área de concentração: Fundamentos da  
Educação e Formação docente.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Ingrid Karla Cruz  
Biserra.

**GUARABIRA/PB  
2019**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586d Silva, Maria Edlane Santana da.  
Discussão de gênero não é "MIMIMI"! [manuscrito] : a defesa da escola como promotora da igualdade de gênero / Maria Edlane Santana da Silva. - 2019.  
29 p.  
Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades , 2019.  
"Orientação : Profa. Dra. Ingrid Karla Cruz Biserra , Coordenação do Curso de Pedagogia - CH."  
1. Gênero. 2. Educação. 3. Escola. I. Título  
21. ed. CDD 305.3

MARIA EDLANE SANTANA DA SILVA

DISCUSSÃO DE GÊNERO NÃO É "MIMIMI"! A DEFESA DA ESCOLA COMO  
PROMOTORA DA IGUALDADE DE GÊNERO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao Curso de Pedagogia da Universidade  
Estadual da Paraíba, como requisito parcial à  
obtenção do título de Licenciada em  
Pedagogia.

Área de concentração: Fundamentos da  
Educação e Formação Docente.

Aprovada em: 04/06/2019.

BANCA EXAMINADORA

Ingrid Karla Cruz Biserra

Professora Doutora Ingrid Karla Cruz Biserra (Orientadora)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Francikely da Cunha Bandeira

Professora Mestre Francikely da Cunha Bandeira  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Sheila Gomes de Melo

Professora Mestre Sheila Gomes de Melo  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Dedico a todas as pessoas que fizeram parte desta minha caminhada e, em especial, a todas/os aquelas/es que foram e são discriminados por não seguirem os estereótipos de gênero. E a todos/as que estão lutando por um mundo mais humano. Estamos juntas/os.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pois ele é meu refúgio e fortaleza. Por ter me permitido viver tudo isso e conviver com pessoas incríveis. Obrigada por todo o seu amor.

As mulheres da minha vida: minha mãe Ivany que me ensinou que lugar de mulher é onde ela quiser e é minha inspiração de força e coragem; minha irmã Tamires que me ensina a olhar o mundo com mais amor e leveza e as caçulas Clara e Clarice que são a inspiração deste trabalho e as responsáveis por minha desconstrução. A minha família é minha maior incentivadora e é nossa essa conquista. Amo vocês.

As minhas tias Damiana (Branca) e Cosma (Preta) por sempre incentivarem e investirem nos meus estudos. Essa conquista também é de vocês. Obrigada por serem minhas mães e me amarem como filha. Amo vocês. E a toda a minha família que direta ou indiretamente me fizeram chegar até aqui.

As minhas professoras e professores do ensino médio que me serviram de inspiração, exemplos da profissional que quero ser e também que não quero ser. Me fizeram olhar para a carreira docente com amor e responsabilidade. Me ajudaram a chegar ao ensino superior. Agradecimento especial a Meilene Pereira Pontes, professora de Português, nunca me esquecerei das suas aulas que despertaram meu amor pela escrita e por toda ajuda nos estudos para o enem.

Outra pessoa que me fez ver a vida, o mundo, as pessoas de uma maneira completamente diferente é Wellyson Lacet, professor de Filosofia e Sociologia. É minha maior inspiração de como ser uma excelente profissional. Obrigada por ter feito parte da minha história e tê-la enchido de luz e energia positiva. Você é incrível.

Aos professores e professoras do curso de Pedagogia que de forma positiva ou negativa fizeram parte desse processo e contribuíram na minha formação profissional.

Não sei como agradecer as minhas Pedaloucas: Joana D'arc (JJ Fitness), Marcela Marinho (Mãe Mar), Niedjane Freitas (Jany cuscuz), Patrícia Gonçalves (Paty Sorriso) e Fernanda (Coxinha). Vocês são os melhores presentes dessa jornada. Obrigada por todas as manhãs de alegria, risos e palhaçadas, por todas as conversas, apoio e por terem se tornado minhas irmãs. Amo vocês para todo o sempre.

A Dó, uma pessoa especial, que fez parte deste sonho. Obrigada por todo apoio e carinho.

Agradeço de todo o meu coração a minha orientadora por ter aceito ser minha companheira, sem nem me conhecer, nessa loucura que é um TCC. Você acreditou em mim e no meu trabalho. No primeiro contato que tivemos senti que você é iluminada e que podia contar contigo. Grata por todo apoio, atenção e ajuda nos percaussos que surgiram nesta caminhada. Seguimos juntas lutando por um mundo melhor.

Obrigada a todas as mulheres que vieram antes de mim e abriram o caminho para que nós tivéssemos acesso a educação e outros direitos. Vocês lutaram e morreram por um futuro mais igualitário para as mulheres. Gratidão minhas ancestrais, seguimos aqui lutando por equidade.

[...] A diversidade não é algo que faz parte somente do outro, mas está em cada pessoa. Assim, falar de diversidade é falar, ao mesmo tempo, de todo o mundo e de cada elemento desse mundo em particular. Falar em respeito à diversidade significa reconhecer a existência dos outros, mas também reconhecer a necessidade que temos uns dos outros [...] (CARVALHO; ANDRADE; JUNQUEIRA, 2009, p. 11).



## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CF	Constituição Federal
DCNs	Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica
LDB	Leis de Diretrizes e Bases da Educação
PEE	Plano Estadual de Educação da Paraíba
PNE	Plano Nacional de Educação

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>09</b>
<b>2</b>	<b>GÊNERO E EDUCAÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>3</b>	<b>A EMERGÊNCIA DOS DEBATES SOBRE GÊNERO NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS.....</b>	<b>17</b>
<b>4</b>	<b>POR QUE PRECISAMOS DISCUTIR GÊNERO NAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES?.....</b>	<b>23</b>
<b>5</b>	<b>PELA PROMOÇÃO DA IGUALDADE NAS ESCOLAS.....</b>	<b>29</b>
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>34</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>36</b>

## DISCUSSÃO DE GÊNERO NÃO É "MIMIMI"! A DEFESA DA ESCOLA COMO PROMOTORA DA IGUALDADE DE GÊNERO

Maria Edlane Santana da Silva<sup>1</sup>

### RESUMO

O objetivo desse trabalho foi discutir a importância da instituição escolar como instrumento para promoção da igualdade de gênero, utilizando a metodologia de pesquisa bibliográfica neste campo de estudo. Objetivamos, ainda, compreender o conceito, as interseções, aspectos históricos que envolvem gênero na literatura existente; Analisar em algumas legislações educacionais brasileiras, se este tema aparece e como é abordado, compreendendo quais subsídios essas leis trazem para implementar os debates de gênero na escola; dialogar sobre os motivos pelos quais é tão importante e necessário envolver essa questão no ambiente escolar para uma construção de uma equidade entre os alunos e alunas; por fim, indicar ideias de atividades/dinâmicas para o/a docente desenvolver práticas que estimulem a reflexão e a discussão de gênero na sala de aula. Implantar uma educação que valorize a diversidade de gênero e problematize essa realidade desigual entre meninos e meninas não é uma tarefa fácil, é um caminho árduo e com empecilhos, mas é possível com ações simples ou mais elaboradas no cotidiano escolar construir um ambiente e práticas que quebrem esses paradigmas e reconheçam nas diferenças uma riqueza para formação de pessoas mais humanas.

**Palavras-Chave:** Gênero. Educação. Escola.

---

<sup>1</sup> Aluna de Graduação em Pedagogia na Universidade Estadual da Paraíba – Campus III. E-mail: [edlane19@hotmail.com](mailto:edlane19@hotmail.com)

## ABSTRACT

The objective of this work was to discuss the importance of the school institution as an instrument for the promotion of gender equality, using the methodology of bibliographic research in this field of study. We aim, still, understand the concept, the intersections, historical aspects that involve gender in the existing literature; Analyze in some Brazilian educational legislation if this topic appears and how it is approached, understanding what subsidies these laws bring to implement gender debates in school; To dialog about the reasons why it is so important and necessary to involve this issue in the school environment to build an equity among female and male students; Finally, indicate ideas of activities/dynamics for the teacher develop practices that stimulate reflection and discussion of gender in the classroom. Implement an education that values gender diversity and problematizes this unequal reality between boys and girls is not an easy task, it is a hard road and with hindrances, but it is possible with simple or more elaborated actions on school life to build an environment and practices that break these paradigms and recognize in the differences a wealth for the formation of more humane people.

**Keywords:** Gender, Education, School.

## 1 INTRODUÇÃO

As sociedades ao longo de todo o período da História da Humanidade, passaram por transformações culturais e quebras de paradigmas relacionadas, especificamente, as mulheres e homens. Diante dessas transformações, temos os movimentos feministas que colocaram em discussão a categoria gênero, as relações de poder do masculino sobre o feminino, os papéis determinados culturalmente às mulheres e aos homens e as desigualdades causadas por valores machistas e patriarcais que foram naturalizados e incorporados na sociedade. Esse sistema de leis, normas, condutas e características dedicadas a cada gênero são formas reducionistas de designar o que é ser homem e mulher.

A educação escolar inserida e construída nesse cenário, desempenha um papel fundamental para a perpetuação e/ou desconstrução desses construtos culturais e da ideologia de gênero, pois é nessa instituição que são formados/os alunos/as com diferentes bagagens e subjetividades que fazem deste local, um campo cheio de diversidade.

Frequentemente tem sido veiculado nas redes e mídias sociais charges, notícias, falas de agentes representativos do Estado brasileiro e de pessoas da sociedade civil, discursos que andam entre o tabu, o deboche, o repúdio e o respeito. O termo “ideologia de gênero” virou manchete de vários veículos da imprensa nacional e a ele outros elementos foram alçados a problemas de segurança nacional. Com a explosão da farsa criada em torno da distribuição do kit gay, ideologia de gênero é discurso programado na fala de alguns grupos fundamentalistas e conservadores, que em nome da moral, da família e dos bons costumes, defendem a retirada do diálogo sobre a identidade de gênero, especialmente na escola.

O debate de gênero e suas implicações, tais como, desigualdades entre homens e mulheres, questionamentos sobre feminilidades e masculinidades hegemônicas, diversidade e diferença de gênero, relações de poder, etc., são compreendidos como ameaças para grupos sociais que pretendem manter e perpetuar essa estrutura desigual e preconceituosa que rege a sociedade. Grupos religiosos e/ou conservadores usam o termo “ideologia de gênero” para designar esse rompimento de paradigmas de gênero, como um meio de barrar os avanços e visibilidades dos discursos feministas, direitos sexuais e reprodutivos, igualdade de gênero, entre outros aspectos, visando manter a ordem social tradicional, patriarcal, machista e heterossexual intacta e beneficiando apenas esses grupos sociais, pois as mudanças nessa realidade significa a perda de poder e privilégios.

Colaborando com essa discussão, Miskolci e Campana (2017) afirmam:

[...] tudo indica que os empreendedores morais contra a “ideologia de gênero” são grupos de interesse conservadores que buscam distanciar os movimentos feminista e LGBT, e mesmo seus simpatizantes, das definições de políticas públicas e tomar o controle sobre elas. Sobretudo [...] buscam delimitar o Estado como espaço masculino e heterossexual, portanto refratário às demandas de emancipação feminina e de expansão de direitos e cidadania àqueles e àquelas que consideram ameaçar sua concepção de mundo tradicional (MISKOLCI; CAMPANA, 2017, p. 743).

Frente a isso, as produções científicas assumem relevância, pois ao pesquisar, analisar e discutir os resultados de um determinado problema social pode-se estar criando subsídios para a transformação dessa realidade. Visando essa contribuição, essa monografia se justifica por todos os motivos que já foram expostos acima e também pela necessidade de mais pesquisas que exponham novos dados e promovam reflexões para a construção de políticas educacionais que viabilizem essas questões e uma escola para a diversidade e igualdade de gênero.

É importante destacar que o meu despertar para o tema gênero aconteceu através das minhas irmãs que são gêmeas e caçulas da família. Desde a infância elas não se enquadravam nos padrões de feminilidade impostos socialmente. Gostavam de roupas e brincadeiras que são consideradas adequadas para os meninos, como, por exemplo, brincar de carrinho, bola, super-herói, lutas e comprar roupas e sapatos na seção masculina. Não são delicadas e frágeis como dizem que as meninas devem ser e detestam maquiagem, vestidos, salto alto e etc., características e gostos que, de acordo com os estereótipos todas as meninas deveriam gostar e ter.

E numa sociedade machista, patriarcal e desigual, obviamente, elas sofreram preconceito e discriminação na família e na escola. Ambas instituições sociais tentaram encaixá-las nas normas de feminilidade. Eu não entendia o porquê era tão errado alguém ser do jeito que quer e se sente bem, mas ao ter acesso à universidade e conseqüentemente a esses debates, informações e leituras de papéis de gênero, machismo, normas sociais e culturais, entendi o motivo de tudo o que aconteceu (e ainda acontece) com as minhas irmãs. Desde então, gênero e educação se tornou meu foco de pesquisa.

A instituição escolar não é um espaço neutro, ela pode propagar desigualdades, preconceitos, discriminações, e excluir sujeitos que não se enquadram nos estereótipos impostos, pois ela faz parte desse meio social e recebe todas essas influências que estão impregnadas na nossa cultura, atingindo suas práticas, organizações e currículos. Como afirmou Louro (2014), a escola entende e produz diferenças e desigualdades, ela assumiu a

função de separar os sujeitos, adultos de crianças, católicos e protestantes, ricos e pobres, como também os meninos das meninas.

Então, objetivamos discutir a importância das instituições escolares como promotoras da igualdade de gênero. Elencamos como objetivos específicos: compreender as discussões presentes nos estudos de gênero e educação a partir da literatura sobre o tema e nas políticas educacionais brasileiras; discutir as relações entre as questões de gênero e as instituições escolares e colaborar com sugestões de estratégias práticas para uma educação igualitária entre os gêneros.

Para a realização deste trabalho, foram desenvolvidas pesquisas bibliográficas de autoras/es que discutem a categoria gênero e as suas ramificações, entre elas/es: Michel Foucault; Guacira Lopes Louro; Margareth Rago; Joan Scott; Judith Butler e outras/os pesquisadoras/es que serviram de aporte teórico.

Este trabalho foi estruturado em cinco tópicos. No tópico 2, discutimos utilizando a literatura sobre o tema, os conceitos de gênero, suas problematizações e ligações com a educação. O tópico 3 abordou como a discussão de gênero aparece nas políticas educacionais brasileiras, analisando a forma que as leis brasileiras de educação tratam essa questão. Já o tópico 4, compreendemos o papel da escola diante dessa realidade e apresentamos alguns motivos pelos quais deve-se trabalhar as relações de gênero nesse espaço. O tópico 5 indicou as estratégias, dicas de atividades e sugestões para que as instituições educativas envolvam o debate de gênero nas suas práticas, visando uma educação igualitária entre os/a alunos/as. As considerações finais expõem as conclusões que chegamos nesta monografia.

## **2 GÊNERO E EDUCAÇÃO**

Gênero não é um conceito universal e estável em toda História, sociedade e cultura, pelo contrário é inconsistente, volúvel, mutável, heterogêneo, vai se constituindo ao longo do tempo, das mudanças e através das novas pesquisas produzidas, especialmente, no seio do movimento feminista. Concordando com Butler (2017), gênero também perpassa grupos sociais, estabelece conexões e intersecções com categorias raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais, é construído e reproduzido nesses ambientes e nessas identidades que possuem características políticas e culturais próprias, demandas e reivindicações específicas.

As primeiras abordagens de conceituação da palavra gênero e as justificativas da ordem e relação social vigente para mulheres e homens, é a de ordem biológica. Acreditava-se (e ainda acreditam) que as diferenças anatômicas, fisiológicas e sexuais entre os gêneros

designam seu futuro, comportamento, personalidade, direitos (ou a falta deles), profissão, o espaço que ocuparia na sociedade, enfim o determinismo biológico definia a vida de meninas e meninos desde a descoberta do seu sexo.

As posições desiguais entre homens (espaço público, poder político e financeiro; forte e corajoso; faz a História) e mulheres (espaço privado e subordinação; dócil e frágil; capacidade inferior; educação das crianças e afazeres domésticos) numa perspectiva conservadora, unilateral, patriarcal e machista, são inquestionáveis, imutáveis, pois a natureza os/as fez assim.

O sexo biológico diz se a pessoa vai ser menina ou menino. É uma menina se nasce com uma vulva/vagina, e é menino quando tem um pênis. A partir desse binarismo são impostos padrões de feminilidade e masculinidade que foram (e ainda são) incorporados e naturalizados culturalmente pela sociedade, sendo transmitidos da geração antiga para a mais nova, através da família, igreja, escola.

Diante dessa realidade surgem alguns questionamentos, tais como: mas será que as categorias feminino/mulher e masculino/homem é realmente de ordem biológica? Quem determinou isso? Por que os homens têm direitos que são renegados às mulheres? Por que eles são superiores? Por que essa relação desigual e discriminatória entre os gêneros foi instituída? A diferença anatômica é argumento irrefutável que justifica essa relação desigual entre os gêneros? Por que se deve aceitar sem questionar essa situação? Não seria essa divisão entre homens e mulheres uma construção social?

De acordo com Scott (1995), para responder essas questões é necessário discutir gênero como uma categoria analítica. Analisar as representações masculinas e femininas no passado e as suas influências no contexto atual, ou seja, debater gênero no campo social e histórico. Scott foi uma das primeiras pesquisadoras feministas a discutir e tentar conceituar gênero como uma categoria social, histórica e analítica.

Contestando a teoria de determinismo biológico e a desigualdade de direitos entre homens e mulheres que surge no século XIX, o movimento feminista, no Ocidente<sup>2</sup>. As preocupações eram no âmbito político e social e as pautas iniciais eram contra a opressão, direito ao voto, acesso a educação escolar e profissões. Esse período foi denominado de sufrágismo ou primeira onda.

---

<sup>2</sup> Existiram em outros períodos históricos ações de mulheres contra a opressão que sofriam, mas o feminismo enquanto um movimento social organizado foi a partir do século XIX. Inicialmente, o movimento feminista era composto, em sua maioria, por mulheres brancas e de classe média-alta.



Mas foi a partir da década de 1960, na segunda onda do movimento, que é problematizado o conceito de gênero. As feministas se debruçaram, por exemplo, sobre os estudos e questionaram as teorias universais, a falta de espaço nas universidades para pesquisas e debates sobre gênero.

Com a proliferação dos estudos na área, as relações e determinações de gênero não são mais entendidas como uma ordem natural, mas como construto social. Como afirmou Simone de Beauvoir (1973 apud BUTLER, 2017, p. 29) “[...] ninguém nasce mulher: torna-se mulher”, ou seja, [...] “o termo "gênero" enfatizava igualmente o aspecto relacional das definições normativas da feminilidade” [...] (SCOTT, 1995, p. 72). Gênero é utilizado para designar papéis, comportamentos, ações adequadas, naturalizar as relações sociais e de poder, a desigualdade entre os gêneros. As identidades femininas e masculinas<sup>3</sup> são de origens social e cultural. Então,

[..]o termo "gênero" torna-se uma forma de indicar "construções culturais" - a criação inteiramente social de idéias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres [...]. (SCOTT, 1995, p. 75).

As discussões sobre gênero são colocadas no campo social e histórico. Nesses âmbitos são construídos e reproduzidos as relações, desigualdades, direitos entre homens e mulheres. A valorização, representação, pensamentos, identidades e as hierarquias nos arranjos sociais vão construindo as feminilidades e masculinidades. Agora, “[..] a ótica está dirigida para um processo, para uma construção, e não para algo que existia a *priori*” [...] (LOURO, 2014, p. 27, grifo da autora).

A história oficial, que foi produzida por homens (brancos, heterossexuais e de classe média), tratou de silenciar, ocultar e renegar as vozes femininas que participaram da história da humanidade. Os acontecimentos históricos são relatados a partir do ponto de vista, participação, significados, valores e subjetividades masculinas. São os historiadores que escolhem os sujeitos, os discursos e os eventos que serão transformados em conhecimento,

---

<sup>3</sup> Partindo da visão de Butler (2017, p. 43) “[...] a indagação filosófica sempre centra a questão que constitui a “identidade pessoal” nas características internas da pessoa, naquilo que estabeleceria sua continuidade ou autoidentidade no decorrer do tempo [...]”. Assim, entendemos os sujeitos como indivíduos que possuem identidades plurais, que não são fixas e vivem em constante construção e modificação. São constituídas por diferentes instancias, normas, grupos, arranjos, símbolos sociais, etc. É possível pensar as identidades de gênero de modo semelhante: elas também estão continuamente se construindo e se transformando. Em suas relações sociais, atravessadas por diferentes discursos, símbolos, representações e práticas, os sujeitos vão se construindo como masculinos ou femininos, arranando e desarranando seus lugares sociais, suas disposições, suas formas de ser e de estar no mundo. Essas construções e esses arranjos são sempre transitórios [...]. (LOURO, 2014, p. 37).

portanto o processo histórico é transpassado pelas relações de poder entre os gêneros, não é neutro. Nesse contexto, as feministas iniciaram os questionamentos e críticas a essa realidade, como reafirma Rago (1998):

[...] logo, as feministas avançaram a crítica questionando a figura do sujeito unitário, racional, masculino que se colocava como representante de toda a humanidade. As mulheres, portanto, não tinham história, absolutamente excluídas pela figura divina do Homem, que matara a Deus para se colocar em seu lugar (RAGO, 1998, p. 91).

Para Scott (1994 apud SIQUEIRA, 2008, p.111), a “[...] história é tanto objeto da atenção analítica quanto um método de análise. Vista em conjunto desses dois ângulos, ela oferece um modo de compreensão e uma contribuição ao processo através do qual gênero é produzido”. A história contribui na construção assimétrica das relações entre os gêneros, os homens são beneficiados nesse contexto e as historiadoras feministas lutam para conseguir espaço para os debates sobre gênero nesse meio.

A categoria gênero também perpassa as relações de poder, na verdade é uma das primeiras formas de significar, legitimar e produzir poder que é concentrado nas mãos masculinas da sociedade. Scott (1995), afirma que:

[...] o gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político tem sido concebido, legitimado e criticado. Ele não apenas faz referência ao significado da oposição homem/mulher; ele também o estabelece. Para proteger o poder político, a referência deve parecer certa e fixa, fora de toda construção humana, parte da ordem natural ou divina [...] (SCOTT, 1995, p. 92).

Gênero é produzido nessas e por estas relações de poder. É necessário entender que para Foucault (2015), poder não é um conjunto de instituições e aparelhos que o Estado utiliza para garantir a obediência dos/as cidadãos/as. Não é a dominação de um determinado grupo sobre outro. O poder não se inicia na soberania do Estado, nas leis ou em outra forma de dominação, estes são as formas finais pelo qual ele é exercido.

Foucault (2015), compreende o poder como:

[..] a multiplicidade de correlações de forças imanentes ao domínio que onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamento incessantes, as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações forças encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas, ou ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; *enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou*

*cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais [...].* (FOUCAULT, 2015, p. 100-101, grifo nosso).

A visão de poder que Foucault defende é de grande relevância para as discussões feministas sobre gênero, pois as relações entre homens e mulheres são produzidas por meio do poder contraditório e desigual entre eles/elas. Compreender que o poder está ligado as [...] “manobras e podendo servir de ponto de apoio, de articulação às mais variadas estratégias” [...] (FOUCAULT, 2015, p. 112). Manobras e estratégias que perpetuam e naturalizam as hierarquias, divisões sociais, desigualdades e discriminações do masculino em relação ao feminino, através de regulações, normas, controle e dominação que são reproduzidos em diversas instituições sociais e culturais.

Segundo Foucault (2015) o poder não é privilégio de um/a e negado/a a outro/a, mas é exercido pelos/as sujeitos/as e instituído nas trocas sociais. Ele se forma em todas as relações e ações. Então, homens e mulheres não são apenas reprimidos e/ou repressores, eles/as assumem em algum momento um desses papéis, constroem e são construídos, as suas práticas e ações de ser e estar na sociedade.

O poder é exercido por homens e mulheres, é construído no convívio do dia a dia e está enraizado na cultura. Produz discursos, conhecimentos e é produzido por estes. Com as palavras do autor: [...] “o poder não é uma instituição nem estrutura, não é uma certa potência que alguns sejam dotados; é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada” (FOUCAULT, 2015, p. 101).

O binarismo feminino/masculino também é interseccionado pelo poder e superar essa rígida dicotomia têm sido uns dos grandes desafios do feminismo. Essa visão polarizada permeia a sociedade em variados âmbitos, por exemplo, razão/emoção, teoria/prática, público/privado e é difícil pensar fora dessa dualidade e desconstruir essa ideia. Normalmente um elemento é superior ao outro, ou seja, um tem poder sobre o outro.

Nesse cenário, com a oposição homem/mulher não considera as múltiplas subjetividades, masculinidades e feminilidade das pessoas. O gênero é definido no singular e não no plural o que obriga as pessoas a se encaixarem em determinados padrões de ser homem e mulher, assim excluindo a diversidade existente em cada um/a.

A hegemonia social não reconhece outras formas de masculinidade e feminilidade existentes na sociedade. “[...] Foucault constrói o binário de uma lei cultural artificial que reduz e distorce aquilo que poderíamos compreender como uma heterogeneidade *natural*” [...]” (BUTLER, 2017, p. 117, grifo da autora).

Existem maneiras de vivenciar gênero, pois há uma diversidade imensa de subjetividades humanas e reduzir essa diversidade a um único padrão e estereótipos socialmente aceitos e normalizados é renegar o direito de o/a outro/a viver sua própria identidade. Butler (2017, p. 195) reafirma essa ideia ao dizer que [...] “se o sexo não limita o gênero, então talvez haja gêneros, maneiras de interpretar culturalmente o corpo sexuado, que não são de forma alguma limitados pela aparente dualidade do sexo [...]”.

Ao entender que gênero e suas implicações são construtos sociais e culturais, é possível desnaturalizar/desconstruir essas concepções unívocas e simplistas de homem e mulher: “[...] A superação da lógica binária contida na proposta da análise relacional do gênero, nessa direção, é fundamental para que se construa um novo olhar aberto às diferenças” (RAGO, 1998, p. 93).

Parafraseando Rago (1998), ao descobrir gênero historicamente, como um processo social e cultural que foi construído a partir das diferenças sexuais, o movimento feminista contribuiu na luta por direitos, por políticas públicas, pela desconstrução desses paradigmas, binarismo e desigualdade. O feminismo proporcionou mudanças socioculturais na vida das mulheres. Margareth Rago detalha as influências do movimento feminista para construção de uma sociedade mais igualitária

Os feminismos produziram novos modos de existir subjetiva e relacionalmente para as mulheres, que haviam sido educadas para o confinamento na esfera da vida privada, para a dedicação à família e para a abnegação pessoal, isto é, para a renúncia de si mesmas. Se os feminismos lutaram para a conquista de direitos das mulheres, para o seu reconhecimento como cidadãs; se colocaram radicalmente em questão da identidade feminina; se foram e têm sido responsáveis por inúmeras políticas públicas e por uma sensibilização do Estado em relação às demandas femininas, também tiveram um impacto formidável na mudança da sensibilidade e do imaginário cultural e na maneira como as pessoas se relacionam consigo mesmas, como se percebem e como se interpretam. A própria situação das mulheres jovens, hoje, e inclusive das feministas jovens, no Brasil e em outros países, atesta que já podem circular com muito mais desenvoltura, desembaraço e humor que suas mães e avós. O patamar, sem dúvida, é outro. (RAGO, 2017, p. 237).

Compreendendo que gênero é uma construção, as diferenças são transformadas em desigualdades, não existe uma forma única e singular de vivenciar masculinidade e feminilidade, é possível desconstruir essa naturalização das desigualdades e discriminações entre os gêneros.

Gênero e educação estão intimamente relacionados, não dá para desassociar, fechar os olhos para essas questões no ambiente escolar, ambos são construções e produções históricas. A escola é produzida e produtora dessas realidades e está inserida nestes contextos e transformações sociais de gênero.

Agora, qual a posição da escola diante da problemática de gênero? Vai se omitir e silenciar frente a essa temática? Irá contribuir na aceitação e reprodução da ordem social vigente e, assim silenciar e negar as diferenças/desigualdades entre os gêneros? Ou vai fazer justamente o oposto: discutir, refletir e intervir sobre essas desigualdades entre os gêneros? Construir uma educação para o respeito a diversidade de gênero ou para reprodução dos estereótipos e desigualdades entre meninos e meninas? São questionamentos que surgiram durante a escrita deste tópico e que nos levam a outra questão importante: como as políticas educacionais brasileiras abordam esse tema? Elas promovem respeito ou desigualdade? Vamos dialogar sobre isso na sessão a seguir.

### **3 A EMERGÊNCIA DOS DEBATES SOBRE GÊNERO NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS**

Para efetivação de uma educação para e pela diversidade é necessário que a legislação educacional brasileira proporcione subsídios teóricos, metodológicos práticos e materiais às escolas para que haja debate, reflexão e intervenção da mesma nesta realidade. Como também ofereça uma formação inicial e continuada dos/as profissionais da educação com esta perspectiva de gênero e suas problematizações sociais, as relações de poder e desigualdade de direitos entre eles/elas.

Na elaboração dos Planos Educacionais Nacional, Estaduais e Municipais dos últimos anos, a inserção da categoria gênero nos currículos está sendo amplamente discutida, pois uma onda de discursos de grupos conservadores contra a inclusão dessa pauta nos ambientes escolares tem ganhado mais espaço nos cargos políticos, conseqüentemente objetivando dificultar a promoção de políticas para igualdade de gênero.

Pesquisamos sobre o que diz a nossa Constituição Federal - CF de 1988 em relação aos direitos de homens e mulheres, como também para ver se e como aparece algo direcionado a expressão da diversidade e como esta é entendida e/ou defendida na nossa Carta Magna. Está explícito como um dos objetivos fundamentais da nossa sociedade no Artigo 3º . I – construir uma sociedade livre, justa e solidária; IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”

(BRASIL, 1988, p. 15). E no Artigo 5º é amparada a igualdade de direitos constitucionais entre homens e mulheres, no inciso I – homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição; (BRASIL, 1988, p. 17). Uma educação que siga esses ideais da CF de 1988, deve proporcionar e garantir a igualdade entre meninos e meninas, o bem de todos/as sem nenhum tipo de discriminação social.

As leis específicas que regem as diretrizes e bases do ensino no Brasil foram criadas a partir da Constituição Federal de 1988. As Leis de Diretrizes e Bases da Educação - LDB, de 1996, regulamenta o sistema educacional público e privado. A Lei nº 9.394/1996 define as instituições responsáveis pela educação e o papel da mesma na vida do cidadão e da cidadã. Os princípios e a finalidade educacional estão consagrados neste documento.

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1996, p. 8).

Alguns dos princípios que conduzem a educação, segundo a LDB 9.394/96, presentes no art. 3º são: II – ‘liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; IV – respeito à liberdade e apreço à tolerância’; (BRASIL, 1996, p. 9).

Apesar de apresentar esses princípios, a LDB 9.394/96 não é explícita quanto as discussões das relações desiguais entre os gêneros, mas é perceptível que a educação para a diversidade está defendida nos princípios do pluralismo de ideias, respeito a liberdade e estima a tolerância. Como também no art. 32, inciso IV:

o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social. Portanto, uma educação orientada por estes preceitos, inclui práticas pedagógicas que promovam o respeito, tolerância e equidade entre os gêneros (BRASIL, 1996, p. 23).

O sistema educacional brasileiro é regido por normas que orientam a escola no seu planejamento curricular, organização, desenvolvimento e avaliação de seus projetos pedagógicos, esse documento é denominado de Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica - DCNs. Nesta lei para a educação básica, consta que:

A escola precisa acolher diferentes saberes, diferentes manifestações culturais e diferentes óticas, empenhar-se para se constituir, ao mesmo tempo, em *um espaço de heterogeneidade e pluralidade*, situada na

diversidade em movimento, no processo tornado possível por meio de relações intersubjetivas, fundamentada no princípio emancipador. Cabe, nesse sentido, às escolas desempenhar o papel socioeducativo, artístico, cultural, ambiental, *fundamentadas no pressuposto do respeito e da valorização das diferenças, entre outras, de condição física, sensorial e socioemocional, origem, etnia, gênero, classe social, contexto sociocultural, que dão sentido às ações educativas, enriquecendo-as, visando à superação das desigualdades de natureza sociocultural e socioeconômica*. Contemplar essas dimensões significa a revisão dos ritos escolares e o alargamento do *papel da instituição escolar e dos educadores, adotando medidas proativas e ações preventivas*. (BRASIL, 2013, p. 27, grifo nosso).

Dos documentos analisados acima, tais como, a CF/88, a LDB 9.394/96, os DCNs é o único que de forma explícita trata a questão da educação para a diversidade. A escola é entendida como um espaço de manifestações plurais, heterogêneas, de valorização e respeito as diferenças, e toca na questão de gênero, para superação das desigualdades. O papel da escola e dos/as educadores/as é assumir essas práticas na sua sala de aula e adotando ações para construção de uma nova realidade mais justa e equitativa entre os gêneros.

Com as próprias palavras dos DCNs:

[...] É responsabilidade dos sistemas educativos responderem pela criação de condições para que crianças, adolescentes, jovens e adultos, com sua diversidade (diferentes condições físicas, sensoriais e socioemocionais, origens, etnias, gênero, crenças, classes sociais, contexto sociocultural), tenham a oportunidade de receber a formação que corresponda à idade própria do percurso escolar, da Educação Infantil, ao Ensino Fundamental e ao Médio. (BRASIL, 2013, p. 35).

O reconhecimento e a valorização de uma educação para a diversidade de subjetividades e expressões das crianças em relação as várias instâncias sociais e uma delas é a de gênero discutida nestas Diretrizes Curriculares Nacionais:

O reconhecimento da constituição plural das crianças brasileiras, no que se refere à identidade cultural e regional e à filiação socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, linguística e religiosa, é central à garantia de uma Educação Infantil comprometida com os direitos das crianças. (BRASIL, 2013, p. 90).

Pautando-se nos DCNs, é orientado que os currículos abordem temas atuais, como gênero, abrangendo das esferas globais até as individuais. São pautas que as escolas devem articular em seu seio, pois tem impactos diretos na sociedade.

Os componentes curriculares e as áreas de conhecimento devem articular a seus conteúdos, a partir das possibilidades abertas pelos seus referenciais, a abordagem de temas abrangentes e contemporâneos, que afetam a vida humana em escala global, regional e local, bem como na esfera individual. Temas como saúde, sexualidade e gênero, vida familiar e social, assim como os direitos das crianças e adolescentes, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90) (BRASIL, 2013, p. 115).

No corpo, deste documento (DCNs), constam inúmeras recomendações de como a escola, seu currículo, a formação docente, o projeto político-pedagógico, as práticas devem ser para o acolhimento, respeito e valorização das diferenças, sejam elas de qualquer ordem, também uma educação baseada nos princípios do combate ao preconceito e discriminação, as relações entre os gêneros, etc., devem ser pautas de debates e intervenção desde a creche até o ensino médio. Também, proporcionar uma formação escolar aos/as alunos/as que lutem no rompimento das dominações e hierarquias sociais desiguais entre diferentes grupos sociais. Portanto,

desde muito pequenas, as crianças devem ser mediadas na construção de uma visão de mundo e de conhecimento como elementos plurais, formar atitudes de solidariedade e aprender a identificar e combater preconceitos que incidem sobre as diferentes formas dos seres humanos se constituírem enquanto pessoas. Poderão assim questionar e romper com formas de dominação étnica, socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, linguística e religiosa, existentes em nossa sociedade e recriadas na relação dos adultos com as crianças e entre elas. (BRASIL, 2013, p. 87).

Outro documento que compõe o sistema educacional, é o Plano Nacional de Educação (PNE), o atual foi aprovado em 2014, é construído por 20 metas educacionais apontando para concretização do direito de todos/as a educação em sua integralidade, na vigência de 10 anos. No PNE, as metas ligadas a diversidade e inclusão, focam nas pessoas negras, com deficiências e situação socioeconômica baixa. Na questão sobre gênero e sexualidade não existe nenhuma meta específica para discussão e equidade entre homens e mulheres, a meta é apenas, na formação continuada da/o docente em áreas específicas e entre essas está gênero e diversidade sexual.

O Censo da Educação Básica considera como “formação continuada” cursos com carga horária mínima de 80 horas relacionados especificamente às seguintes áreas: (i) creche (0 a 3 anos); (ii) pré-escola (4 e 5 anos); (iii) anos iniciais do ensino fundamental ; (iv) anos finais do ensino fundamental; (v) ensino médio; (vi) educação de jovens e adultos (EJA); (vii) educação especial; (viii) educação indígena; (ix) educação do campo; (x) educação ambiental; (xi) educação em direitos humanos; (xii) *gênero e diversidade sexual*; (xiii) direitos da criança e do adolescente; (xiv) educação para as



relações étnico-raciais e história e cultura afro-brasileira e africana; e (xv) outros. (BRASIL, 2014, p. 282, grifo nosso).

Os dados, no ano de 2013, contidos no PNE são alarmantes, a formação continuada no campo de gênero são muitos baixos. “[...] Os cursos realizados nas áreas de educação indígena, educação do campo, educação ambiental, educação em direitos humanos, *gênero e diversidade sexual* e direitos da criança e do adolescente não alcançaram 1,0% ” (BRASIL, 2014, p. 284, grifo nosso). O despreparo desses/dessas profissionais de educação para trabalhar essas questões que estão presentes em todos os ambientes escolares é um empecilho para construção da igualdade entre os gêneros, pois a escola assume um papel fundamental na vida das crianças, adolescentes e adultos/as.

Recentemente, em 2017-2018 foi aprovado a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) objetivando servir de norte para elaboração dos currículos escolares do Ensino Infantil ao Médio de todo o país. Nela é apresentado propostas pedagógicas para o trabalho de todas as disciplinas presentes nas instituições escolares. Nos conteúdos da BNCC houve uma supressão do termo gênero direcionado a homens e mulheres e as discussões sobre as relações desiguais entre os/as mesmos/as.

Uma das competências propostas no documento é o respeito e valorização da diversidade humana, superação de preconceitos e discriminações, sem especificar os grupos sociais e as relações de dominação e desigualdade presentes na sociedade.

Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, em preconceitos de qualquer natureza. (BRASIL, 2017, p. 8).

Porém, a mesma reconhece que o Brasil naturalizou as desigualdades entre diferentes grupos sociais e essas são refletidas no processo educacional. De acordo com a BNCC:

O Brasil, ao longo de sua história, naturalizou desigualdades educacionais em relação ao acesso à escola, à permanência dos estudantes e ao seu aprendizado. São amplamente conhecidas as enormes desigualdades entre os grupos de estudantes definidos por raça, sexo e condição socioeconômica de suas famílias (BRASIL, 2017, p. 13).

E para superação dessa realidade desigual as escolas devem focar em seus planejamentos nessa problemática, mirando uma equidade educacional e social. Logo, a

BNCC orienta que “[...] os sistemas e redes de ensino e as instituições escolares devem se planejar com um claro foco na equidade, que pressupõe reconhecer que as necessidades dos estudantes são diferentes” (BRASIL, 2017, p. 13).

Em suma, compreender que cada aluno e aluna são únicos/as, trazem consigo suas subjetividades e diferenças que precisam ser respeitadas e valorizadas. A escola trabalhando a diversidade de gênero e de vivenciar os variados modos de feminilidades e masculinidades não como um problema, mas sim como uma riqueza social contribui efetivamente para transformação da desigualdade em equidade entre os gêneros.

Apesar da BNCC tocar em questões de desigualdade, equidade, respeito, valorização e diversidade humana, não está explícito a palavra “gênero” e nem orientações para como desenvolver práticas que problematizem, questionem e trabalhem as desigualdades entre meninos e meninas, feminilidades e masculinidades hegemônicas para caminhar rumo a equidade.

A nível estadual, temos o Plano Estadual de Educação - PEE da Paraíba que define táticas, diagnósticos e metas para etapas, níveis e modalidades de no prazo de 10 anos. Ele foi elaborado em 2015 e vigora até 2025. Esse documento é criado a partir das legislações educacionais nacionais.

Uma das metas do PEE, é a superação da baixa escolaridade dos jovens e adultos e um dos desafios para resolução desse problema é a implementação de políticas que reconheçam e valorizem a diversidade dos sujeitos, incluindo a de gênero. “A superação da baixa escolaridade dos jovens e adultos é um desafio para o poder público, no sentido de buscar estratégias e implantar políticas que considerem suas diversidades cultural, racial, étnica, de gênero, inclusão [...]”. (PARAIBA, 2015, p. 60).

No tópico “Educação para a cultura dos direitos humanos, das relações étnico-raciais e da educação ambiental”, reitera a necessidade de práticas escolares que repudiem a discriminação e desigualdade. Priorizem o respeito, tolerância e valorização da diversidade humana, assim caminhando para uma sociedade mais igualitária, tudo isso é a finalidade da educação. O PEE diz que:

Se a educação “para pensar certo”, nas palavras de Paulo Freire (1996, p. 17), defende “a rejeição mais decidida a qualquer forma de discriminação”, a reflexão crítica de atitudes, comportamentos e/ou práticas discriminatórias de raça, classe, gênero e identidade de gênero, orientação sexual, convicção religiosa ou de qualquer outro tipo de preconceito precisa alcançar patamares mais elevados de construção equitativa da formação humana crítica – finalidade maior da educação (PARAIBA, 2015, p. 79, grifo nosso).

Também, está claro neste documento como deve ser uma educação fundamentada nos direitos humanos. Segundo o PEE (2015), ela precisa desde a educação infantil até o ensino superior refletir e trabalhar essas questões sociais, de diversidade, respeito as diferenças para assim superar práticas discriminatórias e excludentes que acontecem no cotidiano das escolas e universidades.

Ainda, segundo o PEE (2015), os estados e municípios devem organizar os Planos de Ações Articuladas (PARs) contendo as necessidades, estratégias, demandas, atitudes, prioridades e metodologias obedecendo e contemplando temas necessários para a cidadania e, entre eles, temos a educação para as relações de gênero.

É perceptível, que as leis educacionais brasileiras apresentam uma contradição entre elas, pois em alguns documentos estão amparando a educação para o reconhecimento e respeito a diversidade e também corrobora com as discussões de gêneros, mas em outras essas questões são negligenciadas, silenciadas, omitidas e substituídas por uma diversidade e superação dos preconceitos mais generalizada, sem o enfoque em gênero.

Ainda é um desafio educacional brasileiro, uma educação que vise problematizar as relações desiguais entre homens e mulheres, contribuir para a equidade entre os gêneros, que acolha a diversidade humana, seja ela de gênero (que é o nosso foco aqui), sexualidade, classe social, etnia. Uma escola que respeite a dignidade humana e seja um espaço democrático é uma dificuldade enfrentada pelos/as profissionais da educação, pois a mesma precisa estar preparada para essa realidade que atravessa os muros e entra no interior da instituição.

É difícil desnaturalizar essas questões, desconstruir conceitos, ideias que estão enraizados na nossa cultura e, conseqüentemente nas pessoas. Louro (2014) colabora com essa discussão ao problematizar que a educação formal foi e é definida e organizada por homens, como também suas concepções, políticas e práticas educacionais. Logo, a escola e as políticas educacionais que a regem também estão mergulhadas nesses ideais, esteriótipos, dicotomia, desigualdade entre os gêneros, mas é possível a quebra desses paradigmas. Antes, porém, é necessário entender e defender porque precisamos discutir gênero nas escolas.

#### **4 POR QUE PRECISAMOS DISCUTIR ~~GÊNERO~~<sup>4</sup> NAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES?**

---

<sup>4</sup> A palavra gênero foi riscada no título desta seção em alusão a crescente discussão para a retirada do termo, por parte de alguns grupos presentes na sociedade brasileira.

Discutir sobre relações de gênero ainda é um tabu na nossa sociedade, desconstruir essas naturalizações das desigualdades entre homens e mulheres é um caminho árduo e cheio de empecilhos. E em algumas instituições escolares esse debate não existe, muitas vezes é temido e proibido, por ser considerado polêmico e a escola não querer confrontar a resistência da comunidade escolar ela se cala e finge que essas questões não atravessam os seus muros.

Sentimos isso na pele. Inicialmente queríamos fazer uma pesquisa de campo, ir até uma escola e entrevistar os/as docentes sobre as suas concepções e práticas ligadas a gênero. Porém, recebemos diversas negativas. Apenas uma gestora permitiu que “usássemos” a essa escola como local de pesquisa. Chegamos a realizar as entrevistas com 3 docentes mas dias depois recebemos as ligações pedindo para que suas falas não fossem usadas neste trabalho. Não sabemos ao certo o que aconteceu para que mudassem de ideia, talvez tenham pesquisado em casa algo sobre gênero e/ou ficaram com medo de algum tipo de julgamento ou represália. Mesmo garantindo o anonimato, através do Termo de Consentimento Livre com todas as informações, não foi o suficiente para que mudassem de opinião. Uma pena que isso ainda seja um tabu para muitos/as docentes, mas seguimos tentando contribuir para que as práticas docentes não sejam mais sexistas e que os cursos de licenciatura dêem subsídios e tratem a temática gênero em seus currículos.

Trazemos aqui alguns dados para explicar o porquê precisamos discutir sobre gênero nas instituições escolares. Um deles é o mais assustador e o que mais evidencia a desigualdade de gênero, a violência contra a mulher. Numa reportagem de 21 de Abril 2019, intitulada “Mais de mil inquéritos de violência contra a mulher são instaurados em três meses, na Paraíba”<sup>5</sup>, ou seja, nos primeiros três meses deste ano, na Paraíba, foram registrados 1.016 inquéritos nas delegacias da mulher esses números representam uma média de 11 mulheres agredidas por dia no nosso Estado, mas os algarismos podem ser maiores já que muitas mulheres não denunciam as violências sofridas. Se esses dados alarmantes e preocupantes, ainda não são motivos o suficiente para convencer a escola de que não dá mais para se omitir diante das relações, desigualdades, violências de gênero, tem mais, infelizmente. Nesta matéria, temos os dados de cada mês, em janeiro, tivemos 403 inquéritos e 385 medidas protetivas; fevereiro, 313 inquéritos e 337 medidas protetivas e em março, 300 inquéritos e 411 medidas protetivas.

---

<sup>5</sup> Fonte: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2019/04/21/mais-de-mil-inqueritos-de-violencia-contra-a-mulher-sao-instaurados-em-tres-meses-na-paraiba.ghtml> Acesso em 11 de maio de 2019.

Uma manchete de Julho de 2018<sup>6</sup>, expõe os dados de feminicídio na Paraíba, que ocupa o 12º lugar no ranking de feminicídios no Brasil, com a estatística de 5,3 assassinatos a cada 100 mil mulheres, lembrando sempre que esses números podem aumentar, pois muitas mortes de mulheres não são registradas nas delegacias.

. Segundo o Fórum Econômico Mundial<sup>7</sup>, o Brasil ocupa o 95º lugar no ranking mundial de igualdade de gênero e o 4º lugar entre os países da América Latina. Num cenário como esse e numa sociedade como esta, onde as mulheres são inferiorizadas e o patriarcado impera, os efeitos sociais são preconceito, discriminação e violência física e psicológica contra as mulheres

A desigualdade de gênero é uma realidade com consequências cruéis. As mulheres sofrem diversos tipos de violências, como a doméstica, o feminicídio, abuso sexual, etc. Segundo dados expostos numa matéria produzida pela BBC Brasil<sup>8</sup>, cerca de 27,4% das brasileiras a partir de 16 anos foram vítimas de violência em 2018; 37,1% sofreram assédio e 42% desses casos de violência aconteceram no ambiente doméstico.

De acordo com os dados de uma pesquisa de 2016<sup>9</sup>, as mulheres além de trabalharem fora de casa e serem responsáveis pelo cuidado e educação das crianças, ainda gastam 18,1 horas semanais em afazeres e cuidados domésticos, em contrapartida os homens apenas 10,5 horas. Elas trabalham mais que eles e mesmo assim recebem menos, em média, o salário deles é de 2.306 reais, já a média salarial das mulheres é de 1.764 reais. Em cargos de chefia, eles ocupam 62,2% em oposição elas ocupam 37,8% das colocações gerenciais. Partindo para o campo de representação política, as mulheres são 10,5% das cadeiras ocupadas no Câmara dos deputados. Através desses números, dados e pesquisas é possível compreender o quão importante é os debates sobre gênero e suas ramificações.

A educação faz parte do processo da formação do ser, é através dela que são repassados, produzidos e reproduzidos, a história, a organização social vigente, as culturas, padrões, comportamentos aceitáveis e não aceitáveis. Todo o patrimônio da humanidade é transmitido pela educação, ou seja, ela é um instrumento utilizado por diversas instituições sociais para perpetuação da sua herança cultural.

Um desses aparelhos é a Escola, pois é um espaço privilegiado de socialização e expressões das diversas identidades e subjetividades humanas. Louro (2014) manifesta que

---

<sup>6</sup> Fonte: [http://www.jornaldaparaiba.com.br/vida\\_urbana/feminicidio-paraiba-ocupa-12o-lugar-no-pais-e-justica-prepara-enfrentamento.html](http://www.jornaldaparaiba.com.br/vida_urbana/feminicidio-paraiba-ocupa-12o-lugar-no-pais-e-justica-prepara-enfrentamento.html) Acesso em 11 de maio de 2019.

<sup>7</sup> Fonte: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47490977> Acesso em 11 de maio de 2019.

<sup>8</sup> Fonte: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47365503> Acesso em 11 de maio de 2019.

<sup>9</sup> Fonte: <https://exame.abril.com.br/brasil/a-desigualdade-de-genero-no-brasil-em-um-grafico/> Acesso em 11 de maio de 2019.

este ambiente contribui de forma significativa na “fabricação” dos sujeitos, produz identidades a partir das relações desiguais de poder e corrobora na manutenção de uma sociedade dividida e não é apenas um local de produção e transmissão de conhecimentos como comumente é definido o papel da escola.

A Escola “[...] afirma o que cada um pode (ou não pode) fazer, ela separa e institui. Informa o “lugar” dos pequenos e dos grandes, dos meninos e das meninas [...]” (LOURO, 2014, p. 62). Os sujeitos aprendem qual o seu lugar, o ser “normal” e socialmente aceito, as feminilidades e masculinidades instituídas de maneira desigual, mas que é naturalizado e transmitido de forma sutil e muitas vezes imperceptíveis no contexto escolar. A dinâmica de poder entre os gêneros e as sexualidades é, muitas vezes, plena de sutilezas, insinuações, exercida com discrição.

A instituição escolar inserida numa sociedade patriarcal, machista e sexista está penetrada em todos os aspectos do ambiente, no seu currículo, disciplinas, organização e infraestrutura, metodologias, materiais didáticos e paradidáticos, as avaliações e a linguagem os padrões, normas e formas coerentes e estereotipadas de ser menino e menina, embora essa ordem de gênero seja desigual entre eles/elas. Assim, privilegiando apenas um gênero, o masculino, usando-o como referência para representar a humanidade, história, cultura, etc., contribuindo para exclusão e marginalização daqueles que não se reconhecem em nenhum desses polos, de todas as outras formas de expressão de gênero, das feminilidades e masculinidades.

A linguagem é um campo muito eficaz e natural para fixar diferenças, poder, desigualdades, posições sociais entre os gêneros. Ao falar da turma, composta por crianças do sexo feminino e masculino, comumente é dito “os alunos”, e as alunas aprendem desde cedo que elas estão incluídas neste termo, mesmo que de forma implícita. Esta linguagem e gramática utilizada na escola é sexista, usa-se o masculino como universal, plural e para designar toda a humanidade, assim valorizando apenas um gênero.

Um exemplo pessoal que evidenciei e deixa claro esse ponto: vi uma informação no mural de uma escola direcionada ao corpo docente que é composto por um homem, num local onde a maioria são mulheres, porém estava escrito “Srs. Professores.” Por que se dirige as professoras, que são maioria nesta escola, no masculino? Por que ninguém se incomodou com essa situação? A naturalização da ideia de que o homem representa a humanidade é tão forte que não conseguimos problematizar essas realidades. Em suma,

[...] a linguagem é, seguramente, o campo mais eficaz e persistente — tanto porque ela atravessa e constitui a maioria de nossas práticas, como porque ela nos parece, quase sempre, muito "natural". Seguindo regras definidas por gramáticas e dicionários, sem questionar o uso que fazemos de expressões consagradas, supomos que ela é, apenas, um eficiente veículo de comunicação. No entanto, a linguagem não apenas expressa relações, poderes, lugares, ela os institui; ela não apenas veicula, mas produz e pretende fixar diferenças (LOURO, 2014, p. 69).

O espaço escolar produz corpos dóceis e obedientes, ensina o que é decente/desejável e o que é indecente/indesejável, como meninas e meninos devem se portar adequadamente, a aceitar o igual e rejeitar o diferente. Contribuindo com esse debate, Louro (2014) afirma que:

[...] gestos, movimentos, sentidos são produzidos no espaço escolar e incorporados por meninos e meninas, tornam-se parte de seus corpos. Ali se aprende a olhar e a se olhar, se aprende a ouvir, a falar e a calar; se aprende a preferir. Todos os sentidos são treinados, fazendo com que cada um e cada uma conheça os sons, os cheiros e os sabores "bons" e decentes e rejeite os indecentes [...] (LOURO, 2014, p. 65).

Os livros didáticos que chegam até o ambiente escolar, estão repletos de representações de papéis sociais para meninos e meninas. Neles, muitas vezes, apresentam as mulheres como mães, domésticas, cozinheiras e não são estudados os feitos históricos e científicos realizados por elas, ou seja, o mundo delas é a casa (espaço privado). As histórias presentes neste material, trazem as meninas como frágeis e os meninos como super-heróis. Eles brincando de bola, luta, carrinhos e elas de boneca e casinha. Apesar de haver muitos avanços nas discussões de gênero, inclusive no campo escolar, essa situação continua existindo e fazendo parte desse espaço, como reafirma Carvalho, Andrade e Menezes (2009):

[...] ainda é possível encontrar textos e ilustrações nos quais as mulheres são apresentadas apenas como donas de casa e mães, e os homens aparecem atuando somente no espaço público; [...] contos e histórias infantis nos quais a personagem feminina é frágil e desprotegida, cabendo ao personagem masculino seu salvamento e proteção; ausência de textos que falem da importância da mulher na história do Brasil e do mundo; ausência de textos que apresentem as contribuições das mulheres para o progresso científico [...] (CARVALHO; ANDRADE; MENEZES, 2009, p. 23-24).

As práticas escolares sexistas silenciam e muitas vezes são intolerantes as diferenças/diferentes, não reconhecem a diversidade de individualidades dos/as agentes sociais e tentam encaixa-los/las em modelos fixos de ser masculino e feminino. Então, mesmo havendo uma explosão de diversidade nesse ambiente, a escola ainda é um instrumento de

discriminação, negação e desqualificação daqueles/as que fogem a norma, regra e padrões hegemônicos.

Esse papel assumido pela escola difunde e ajuda na naturalização e cristalização das assimetrias de direitos e poder entre os gêneros. Servindo de subsídio para a continuação dos preconceitos e discriminação das diferenças, dos sujeitos sociais que não se reconhecem nessa dicotomia feminino/masculino e nos estereótipos e condutas normativas impostas a cada um/a.

A Escola como instituição social, contribui na formação de cidadãos e cidadãs para viverem e transformarem a sociedade está mergulhada nas discussões de gênero. Silenciando, ignorando ou debatendo essas concepções desiguais de masculinidade e feminilidade, a escola assume uma postura e as decorrências da mesma, seja ela uma educação crítica, problematizadora das normalidades, acolhedora das diferenças e desconstruindo as desigualdades ou uma educação que transmite, reproduz e perpetua esse panorama desigual.

Louro (2014) traz à tona a questão de que as alunas e os alunos que fazem parte do processo educacional atualmente não são meros agentes passivos/as e receptores/as das ordens e normas impostas a cada um/a. Como problematiza Foucault (2015), o exercício do poder sofre resistências, um está ligado ao outro, então elas e eles resistem, constroem, produzem, rejeitam, se envolvem nessas imposições externas, sistemas de leis, preceitos e normas para cada gênero.

Colaborando com essa discussão, Vieira (2013) diz que:

[...] é verdade que as crianças não são meras imitadoras de modelos, nem reagem de forma passiva, à diversidade de estímulos com que são confrontadas [...]. Com efeito, elas são capazes de construir ativamente o seu mundo cognitivo e social, do qual fazem parte também os esquemas de gênero [...] (VIEIRA, 2013, p. 95).

Como foi exposto, a Escola é produzida e produtora das relações de gênero, muitas estratégias estão presentes neste ambiente para reprodução e produção das desigualdades, hegemonias, masculinidades e feminilidades aceitas e adequadas. Por isso, é importante e necessário debater sobre gênero nesses espaços, além disso são também urgentes, já que os dados sobre as consequências da desigualdade de gênero são alarmantes e assustadores.

Finalizamos, esse tópico com as palavras de Louro (2014), para refletirmos sobre a posição da escola frente as relações de gênero:



[...] se admitimos que a escola está intrinsecamente comprometida com a manutenção de uma sociedade dividida e que faz isso cotidianamente, com nossa participação ou omissão; se acreditamos que a prática escolar é historicamente contingente e que é uma prática política, isto é, que se transforma e pode ser subvertida; e, por fim, se não nos sentimos conformes com essas divisões sociais, então, certamente, encontramos justificativas não apenas para observar, mas, especialmente, para tentar interferir na continuidade dessas desigualdades (LOURO, 2014, p. 89-90).

## **5 PELA PROMOÇÃO DA IGUALDADE NAS ESCOLAS**

É visível que a instituição escolar é um espaço de produção e reprodução, principalmente das relações de gênero, desigualdades e estereótipos. Não sendo um ambiente neutro, está em constante transformação e assume diferentes papéis e posições perante as mudanças sociais e culturais, rompem, repassam, reforçam, criam as disparidades entre meninos e meninas, as expressões de feminilidades e masculinidades apropriadas e aceitas, os preconceitos e discriminações.

A escola acompanha e insere em seu meio as modificações ocorridas na sociedade, nas leis educacionais e na visibilidade que os discursos feministas e os debates sobre gênero, pois os alunos e as alunas que chegam até ela não são agentes passivos/as, sem nenhum conhecimento e que estão ali para obedecer e concordar com todas as informações, regras, conteúdos estabelecidos pelo corpo escolar, pelo contrário eles/elas questionam, refletem, problematizam, discutem diversas questões e, as representações de gênero é uma delas.

Uma educação promotora da igualdade de gênero começa, primeiramente, com os/as profissionais da escola comprometidos/as com um ensino para o respeito, tolerância e equidade de direitos. Que reconheçam na diversidade e diferença um meio de formar cidadãos e cidadãs tolerantes, conscientes da diversidade humana e construir uma sociedade mais justa e igualitária para todos/as.

Mas, para que isso se efetive, é necessário que todos/as os/as integrantes da comunidade escolar tenham momentos contínuos de reflexão, discussões sobre suas práticas, seus valores pessoais, morais, religiosos e o quanto isso interfere numa implementação de uma educação alicerçada nos princípios da liberdade, igualdade e tolerância. Os/as participantes deste ambiente devem superar essas questões e compreender as relações de gênero, quebrar paradigmas, estigmas, estereótipos, hegemonias, discriminações sobre os

modos de ser, de viver e expressão das suas subjetividades, comportamentos, independente do gênero, dos/as discentes.

Então, um dos grandes desafios para efetivação da educação para equidade de gênero é uma formação de profissionais consciente, conhecedores da importância de tratar essas questões na escola, também que estejam dispostos, abertos a ouvir, questionar e mudar de opiniões. Para lidar e trabalhar as relações de gênero é necessário profissionais capacitados, que compreendam que a inclusão desse tema contribui no desenvolvimento humano, crescimento pessoal, formação de caráter dos/as estudantes e construção de cidadãos e cidadãs que respeitem a diversidade e as subjetividades de cada ser. Pois,

[...] como são os professoras e os professores que têm uma maior proximidade com os alunos e alunas e com suas famílias, sua prática pedagógica pode ser o principal caminho para o reconhecimento da diversidade sexual e de gênero e para a desconstrução de preconceitos [...] (CARVALHO; ANDRADE; MENEZES, 2009, p. 28-29).

No Projeto Político - Pedagógico (PPP) das escolas, devem ter como um dos objetivos, uma educação para o respeito a diversidade de gênero, promoção de projetos, debates que tragam à tona essas construções sociais desiguais de direitos e poderes entre homens e mulheres e que produzindo subsídios para desconstrução desses preconceitos e desigualdades para cultivar neste espaço práticas não sexistas, mas sim igualitárias.

Muitas vezes, são impostas diversas dificuldades para implementar esses debates e atitudes não preconceituosas e sexistas nas escolas, mas ações simples postas em práticas, principalmente, na sala de aula, já fazem uma grande diferença. Sem precisar construir projetos, modificar as suas aulas de uma forma drástica para realização de uma educação que promovava a igualdade entre os gêneros. “No cotidiano escolar, a professora e o professor podem construir, junto com as educandas e os educandos, conhecimentos críticos comprometidos com a superação de qualquer forma de discriminação e opressão” (CARVALHO; ANDRADE; MENEZES, 2009, p. 29).

Trabalhar com uma linguagem/gramática que visibilize meninos e meninas, ao se referir oralmente ou na escrita no coletivo sempre destacar os dois gêneros e incentivar para que a turma faça o mesmo, assim levando a uma problematização e reflexão sobre como e porque a nossa língua é sexista, pois privilegia apenas o masculino. Como exemplifica, Carvalho; Andrade e Menezes, “[...] substituindo a linguagem sexista/androcêntrica, que invisibiliza a mulher, por outras construções linguísticas: ‘a humanidade’, ‘os seres

humanos”, “as alunas e os alunos”, “professoras e professores”, “todas e todos”, e assim por diante” (2009, p. 29).

Questionar estereótipos de gêneros, sempre que surgirem, seja nas falas dos/as alunos/as e/ou outros/as profissionais da escola, como também, nos livros, didáticos. Incentivar a leitura de produções femininas, não apenas masculinas, conhecendo os feitos e os papéis das mulheres na história da humanidade, ciências, tecnologias, lutas sociais, etc., desta forma valorizando o feminino.

Contar histórias e contos que tragam a temática gênero, de acordo com a faixa etária de cada estudante, o/a docente ao trabalhar essa literatura, deverá indagar, questionar os/as alunos/as para formentar o debate, pensamento crítico e a reflexão. Deixar o espaço aberto para que cada um/a exponham sua visão e entendimento da história.

No momento das brincadeiras e distribuição de brinquedos deixar eles/elas livres para escolherem, sem qualquer tipo de imposição por gênero. Sem essa ideia de coisas de menino e de menina. Não estimular competições e divisões entre meninos e meninas, mas sim incitar a colaboração e ajuda mútua. Encorajar as meninas a serem fortes, desbravarem o mundo, ocuparem cargos de chefia e políticos, despertar suas capacidades e habilidades em áreas majoritariamente masculinas. Com os meninos, a mesma coisa, desenvolver valores como sensibilidade, gentileza, bondade e incentiva-los a ingressarem em campos de predominância feminina.

Problematizar as relações de gênero, empregando as dinâmicas e atividades diferentes como ferramentas, pois a aprendizagem lúdica são significativas para os/as estudantes. Aprender brincando, de forma divertida, não formal. É possível, encontrar na internet e livros, diversos exemplos de dinâmicas, jogos, brincadeiras que podem ser desenvolvidas nas salas de aula.

Rabelo e Ferreira (2013), realizaram uma formação com professores e professoras e trabalharam com diversas dinâmicas e atividades que podem ser reproduzidas e adaptadas para cada realidade e público escolar. Entre elas, “jogo dos gêneros”, essa atividade é feita depois de uma conversa sobre os conceitos de sexo e gênero, após são lidas algumas frases para associação de qual citação se refere a um ou a outro. Assim, discutindo e refletindo sobre como gênero e sexo são construções sociais que assumem concepções diferentes em cada momento histórico. Compreender que sexo e gênero são termos diferentes, é um importante passo para promoção desses debates em sala de aula. Pois, ao problematizar que são construtos e não naturais essas relações saem do campo imutável e passa a ser vistos como algo que pode ser modificado.

Carvalho, Andrade e Menezes (2009), também mostram exemplos de como desenvolver esses debates em sala de aula. Na dinâmica “a silhueta” o procedimento é dividir a turma em dois grupos e pedir para que desenhem uma silhueta feminina e outra masculina, colocando nesse espaço as características físicas, emocionais, comportamentais para homem e mulher. Depois, analisar essas silhuetas, problematizar e refletir sobre esses atributos distribuídos a cada gênero e se podem ser transferíveis ou não. O objetivo é fazer eles e elas perceberem que as características ligadas a gênero podem ser transferidas e a relacionada a sexo não podem.

A atividade “papéis sociais de gênero” consiste em trabalhar os privilégios, desvantagens, cobranças, restrições para homem e mulher. Cada discente fará considerações sobre o lado bom de ser menino e menina e o que pode ou não para cada gênero, a partir daí, questionar, pensar criticamente, discutir sobre os privilégios masculinos e a cobrança que eles sofrem para atender ao ideal de masculinidade e virilidade imposta socialmente, também refletir sobre a desigualdade de direitos entre os gêneros e as exigências e restrições para as mulheres.

O exercício, “mímica de atividades cotidianas”, objetiva formentar o debate sobre os papéis de gênero e a valorização de tudo que envolve o masculino. O procedimento é dividir a turma em grupos e entregar fichas com o nome das atividades para que dramatizem e os/as demais identifiquem e digam se são realizadas por mulheres, homens ou pelos dois. Após isso, discutir os estereótipos e ideias de que existem coisas adequadas a cada gênero, que existem atividades que são naturalmente habilidades femininas e masculinas e compreender que os trabalhos realizados por homens tem maior prestígio e remuneração.

A brincadeira, “cumprimentar com o toque”, para sua execução é preciso pedir a turma que caminhem pela sala e ao sinal de comando cumprimentar o/a colega em frente de acordo com o ordenado: com o joelho, braço, pés, bumbum, bochecha, etc. Depois, debater sobre como foi a realização da dinâmica, se sentiram constrangidos em algum momento e por que. Reconhecer que em diferentes culturas as pessoas se cumprimentam de um determinado jeito e comparar com a nossa cultura. Assim,

[...] levar o grupo a perceber que a maneira pela qual nos relacionamos com o nosso corpo e com o corpo da/o outra/o é construída culturalmente, de acordo com concepções de masculinidade, feminilidade e sexualidade, e costumes sexuais. Tais concepções e costumes ditam os movimentos, gestos, posturas socialmente considerados apropriados (ou não) para homens e para mulheres e para as relações que eles e elas mantêm entre si (tanto nos grupos

de mesmo sexo quanto nos grupos mistos) (CARVALHO; ANDRADE; MENEZES, 2009, p. 37).

Outra dinâmica é o “andar como homem e andar como mulher”. A finalidade é problematizar a construção social da masculinidade e feminilidade. Para realiza-la, primeiramente, convidar a turma a ficar em círculo e cada um/a escolham um movimento que represente o homem e outro a mulher e, reproduza para o grupo. Depois, questionar os/as discentes o porque de existirem movimentos femininos e masculinos, quem ditou essa regra e se essa ideia é natural ou construída. O objetivo é “levar o grupo a perceber que as sociedades e culturas constroem concepções de masculinidade e feminilidade que ditam o comportamento de homens e de mulheres segundo noções de Natureza, de moral e as modas” (CARVALHO; ANDRADE; MENEZES, 2009, p. 42).

Além dessas dinâmicas, pode ser realizado “cinema na escola” com exibição de filmes, curtas metragem, vídeos, que tenham em seu conteúdo essas discussões de gênero. E assim, serem analisados essa problemática nessas mídias, levando a turma a dialogar e expor suas compreensões sobre o que foi visto para desconstruir as hegemonias, estereótipos e desigualdade de gênero. Agregar ferramentas como músicas, notícias, estatísticas, desenhos, imagens, livros, histórias, etc., a esse debate é de suma importância e necessário usar diferentes meios discursivos para inserção das problemáticas de gênero. Ser presente em todos os espaços (ou quase todos) e ocupar diferentes meios sociais para maior efetivação dos debates para implementação de uma educação promotora da igualdade e respeito a diversidade de gênero.

A instituição escolar sozinha não irá promover uma mudança em toda a estrutura da sociedade, acreditar nisso é uma ilusão, mas ela tem uma grande influência e poder sobre as gerações de cidadãos e cidadãs que estão se formando para continuar essa sociedade e utilizando-se de tal armas, a escola, pode (e deve) usar seu espaço para quebrar essas desigualdades de direitos e poderes, dicotomias, binarismo, hegemonias de feminilidade e masculinidade, violência, preconceito e discriminação contra aquele e aquela que foge a regra, os padrões socialmente impostos de homem e mulher. “Aparentemente circunscritas ou limitadas a práticas escolares particulares, essas ações podem contribuir para perturbar certezas, para ensinar a crítica e a auto-crítica (um dos legados mais significativos do feminismo), para desalojar as hierarquias” (LOURO, 2014, p. 128). Sempre vigilantes nas suas práticas, nos seus conteúdos, linguagem, etc., a escola contribui para uma visão crítica dos/as alunos/as em relação a gênero ao promover uma educação para equidade e diversidade.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vivemos num contexto social machista, patriarcal e sexista, marcado por uma divisão desigual entre os gêneros, que privilegia e valoriza unicamente o masculino. Num cenário em que a violência física, psicológica e sexual contra as mulheres só aumenta e os direitos são desiguais para elas, comparado aos homens, torna emergente a necessidade das discussões de gênero.

Os estudos feministas na área de gênero e o espaço que esse tema ganhou nos últimos tempos são de extrema importância, pois questionam as naturalizações, desigualdades entre homens e mulheres. Promovendo debates e reflexões, propondo e lutando por mudanças e igualdade de direitos entre elas/eles.

Compreendendo essas discussões a partir dos aportes teóricos evidenciados neste trabalho é possível construir uma nova visão sobre gênero. Entender que esse conceito, as relações desiguais, os comportamentos adequados a menina e ao menino são construções sociais e como toda construção pode ser desconstruída e reconstruída de maneira mais igual para todos e todas.

A Escola inserida nesta realidade, perpassada por essas relações de gênero e sendo um instrumento de reprodução de ideais de feminino e masculino, de transformação das diferenças em desigualdades e de naturalização desses construtos e padrões sociais de homem e mulher, pode (e deve) assumir outra postura frente a essa questão, pois a mesma recebe uma diversidade de seres humanos/as no seu interior, que trazem todas as suas maneiras e modos de ser e viver os seus gêneros. Proporcionar debates, reflexões e uma visão crítica sobre o tema objetivando criar um ambiente igualitário para meninos e meninas.

Uma educação para a diversidade e equidade de gênero ainda é uma prática difícil de ser implementada. As leis educacionais brasileiras não são claras em relação as discussões de gênero nas salas de aulas. Alguns documentos omitem e silenciam essas questões tratando de forma generalizada o respeito a diversidade. Em outras legislações esse tema aparece de forma mais tímida e não dão subsídios aos/as docentes para que desenvolvam uma prática não machista e sexista e, que promova a igualdade entre meninos e meninas. É preciso a criação de leis que colaborem na implantação de ações que visem uma equidade entre os gêneros nos espaços escolares.

Promover uma equidade de gênero nas escolas é possível, através de ações simples no cotidiano da sala de aula. Mas, para que isso ocorra é imprescindível que os/as profissionais desta instituição estejam abertos/as a refletir sobre isso, dispostos/as a romper com suas

próprias crenças e reconheçam a importância desse debate. Logo, buscarão conhecimentos para incluir o assunto gênero nas suas aulas, aprendizados e ações que envolvam uma educação igualitária.

Dissertar sobre gênero e educação não é uma tarefa fácil, pois é um campo delicado e devemos ter muito cuidado, já que ao invés de contribuir para uma escola igualitária, nossas palavras podem ser usadas justamente para o oposto, também é necessário, cada vez mais a produção de trabalhos e pesquisas que discutam essa realidade. Acreditamos que, diante de tudo que foi debatido nesta monografia, mesmo que de forma não tão aprofundada, conseguimos cumprir os objetivos propostos inicialmente. Também esperamos que essa pesquisa possa contribuir aos estudos nessa temática e na formação inicial ou continuada do/da docente que busque elementos para realizar uma prática pedagógica igualitária.

É um caminho árduo, repleto de avanços e retrocessos para a inserção das discussões de gênero na escola, mas é necessário, importante e possível a construção de práticas escolares para promoção de uma sociedade mais justa, tolerante, livre preconceitos e igualitária entre os gêneros. Promover o respeito e a valorização das diferenças, construir uma visão junto com esses/essas estudantes de que a diversidade de gênero não é um problema, mas sim uma riqueza para constituição do ser humano é uma responsabilidade também da escola.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Documentação, 1988. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/.../CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/.../CF88_Livro_EC91_2016.pdf) Acesso em 13 de abril de 2019.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica-DCNs**. Brasília: Ministério da Educação, 2013. Disponível em: <portal.mec.gov.br/docman/abril.../15548-d-c-n-educacao-basica-nova-pd> Acesso em 13 de abril de 2019.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular-BNCC**. Brasília: Ministério da Educação, 2017. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf) Acesso em 13 de abril de 2019.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB nº 9.394/1996**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. Disponível em: [www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/.../lei\\_de\\_diretrizes\\_e\\_bases\\_1ed.pdf](www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/.../lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf) Acesso em 13 de abril de 2019.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação-PNE**. Brasília: Ministério da Educação, 2014. Disponível em: [http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne\\_conhecendo\\_20\\_metas.pdf](http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf) Acesso em 13 de abril de 2019.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. 15ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CARVALHO, M. E. P. de; ANDRADE, F. C. B. de; JUNQUEIRA, R. D (orgs). **Gênero e Diversidade Sexual: um glossário**. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 2009.

\_\_\_\_\_. **Equidade de Gênero e Diversidade Sexual na Escola: por uma prática pedagógica inclusiva**. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 2009.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1: A vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.



LOURO, Guaracira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: Uma perspectiva pós-estruturalista. 16ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. **“Ideologia de gênero”**: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Revista Sociedade e Estado*, v. 32, n. 3, 2017.

RABELO, Amanda Oliveira. Formação docente em gênero em gênero e sexualidade: entre semelhanças e diferenças luso-brasileiras. In: RABELO, A. O. ; REIS, M. A. de S. ; PEREIRA, G. R. (Orgs.). **Formação docente em gênero e sexualidade**: entrelaçando teorias, políticas e práticas. Petrópolis, RJ: FAPERJ, 2013, p. 25-73.

RAGO, Margareth. **Descobrimo historicamente o gênero**. *Cadernos Pagu*, n. 11, 1998.

\_\_\_\_\_. **Foucault, os feminismos e o paradoxo dos direitos**. *Revista Dois Pontos*, Curitiba, v. 14, 2017.

SCOTT, Joan W. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e Realidade*, v. 15, 1995.

SIQUEIRA, Tatiana Lima. **Joan Scott e o papel da história na construção das relações de gênero**. *Revista Ártemis*, v. 8, 2008.

PARAIBA. **Plano Estadual de Educação-PEE**. João Pessoa/PB: Secretaria de Estado de Educação, 2015. Disponível em: [static.paraiba.pb.gov.br/.../Lei-nº-10.488-Plano-Estadual-de-Educação-ANEXO-DO-P...](http://static.paraiba.pb.gov.br/.../Lei-nº-10.488-Plano-Estadual-de-Educação-ANEXO-DO-P...) Acesso em 07 de maio de 2019.

VIEIRA, C. M. C. Crescer sem discriminações. Perscrutando e combatendo estereotípias de gênero nas práticas familiares e escolares. In: RABELO, A. O. ; REIS, M. A. de S. ; PEREIRA, G. R. (Orgs.). **Formação docente em gênero e sexualidade**: Entrelaçando teorias, políticas e práticas. Petrópolis, RJ: FAPERJ, 2013, p. 75-101.